

- Arquivo
ISA
- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
 - Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal
 - Secretaria Executiva da Comissão de Coordenação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data ____/____/____

cod. 22 7000 48

Projeto e Parecer:

**“DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
E CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA
NA REGIÃO DO IGUAPE-JURÉIA”**

Cooperação Financeira Brasil-França

PROTER
Programa da Terra

REBRAF
Rede Brasileira
Agroflorestal

PROJETO

**DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
E CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA
NA REGIÃO DE IGUAPE - JURÉIA**

**Apresentado ao FFEM - Fond Français pour l'Environnement Mondial
e ao PPG7 - MMARHAL (Ministério do Meio Ambiente)**

Janeiro de 1996

PPG7
CR N° 2051 *

I. HISTÓRIA DO PROJETO

⇒ AS ORIGENS

Este projeto se inscreve em uma das preocupações básicas do PROTER e da REBRAF: garantir às populações de baixa renda do campo uma plena participação nos processos de desenvolvimento social e econômico, assim como nas políticas de conservação ambiental. Ele é o fruto de demandas de assessoria e de apoio formuladas por grupos de pequenos produtores da região, assim como de uma longa série de atividades desenvolvidos pelas duas entidades no Vale do Ribeira.

Desde a sua criação, em 1985, o PROTER vem assessorando e apoiando comunidades de posseiros no Vale do Ribeira. Entre 1985 e 1988, desenvolvemos atividades de capacitação e assessoria em vários municípios sobre temas como: associativismo, questão agrária, regularização fundiária, etc. Contribuímos assim para a constituição ou a consolidação de várias organizações comunitárias ou municipais que atuam ainda hoje. Na Vista Grande (Miracatú), assessoramos a associação na elaboração de projetos econômicos e em um projeto de construção de estradas para o escoamento da banana. Por outro lado, o PROTER assessorou, desde 1992, o Movimento dos Ameaçados pelas Barragens do Vale do Ribeira, que reúne comunidades rurais de Eldorado e Iporanga.

A REBRAF, por sua vez, assessorou em várias ocasiões a União de Moradores da Juréia, em particular na fundamentação de suas reivindicações do ponto de vista técnico e ambiental.

A cooperação entre as duas entidades responsáveis pelo projeto começou em 1993. Até meados de 1995, o trabalho foi realizado essencialmente com recursos próprios das duas entidades e contava com o trabalho em tempo parcial de seus técnicos. Em 1995, foi possível reunir os recursos para a montagem uma pequena equipe permanente e iniciar algumas atividades de campo. A área de atuação do projeto ainda está limitada ao município de Iguape e as experiências piloto implantadas junto a duas comunidades rurais (Despraiado e Capuava do Momuna).

⇒ OS PRIMEIROS RESULTADOS (1994-1995)

Preocupados em contribuir para a melhoria da renda dos produtores e para a diversificação da produção, realizamos, entre 1994 e 1995, quatro cursos de apicultura, para mais de 50 agricultores (em conjunto com a Associação dos Jovens da Juréia e a APIVALE - Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira).

Em 1995, realizamos um diagnóstico participativo de agroecossistemas em uma comunidade (Despraiado - Juréia, Iguape, dentro da Estação Ecológica Juréia

Itatins) e demos o início ao diagnóstico em uma segunda comunidade (Capuava do Momuna, Iguape).

Estes diagnósticos permitiram o início de uma série de atividades de organização, capacitação e experimentação junto a estas comunidades:

- capacitação e organização de um grupo de mulheres do Despraiado para a produção e a comercialização de doces de bananas e outras frutas locais;
- experimentos de adubação verde e recuperação de solos no Despraiado;
- capacitação e organização da comunidade do Capuava do Momuna para a retomada da associação;
- a implementação de um projeto de apicultura e de serralha/marcenaria da Associação dos Jovens da Juréia, que obteve apoio financeiro de duas agências;

Do ponto de vista da organização comunitária e do reforço da cidadania das comunidades rurais, podemos citar como resultados.

- a reativação da União das Associações Iguapenses, que reúne cerca de 20 associações de comunidades rurais do município de Iguape (a UAI tem realizado reuniões mensais, renovou a sua diretoria e registrou seus estatutos);
- a consolidação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Iguape, do qual participam as associações da UAI e a equipe do projeto,
- a criação de duas associações: a Associação dos Jovens da Juréia (1993) e a Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira (APIVALE, 1995);
- a realização de três encontros de formação e intercâmbio das comunidades de todo o Vale do Ribeira: um sobre legislação ambiental e regularização fundiária (1993), dois de Moradores de Unidades de Conservação;
- a criação de uma Comissão de Moradores de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, com participação de moradores da Juréia e dos Parques Estaduais do Jurupará e de Jacupiranga, PETAR e de outras organizações da região,
- a elaboração, com estas organizações e movimentos, de várias propostas relativas à legislação ambiental (decreto 750 sobre Mata Atlântica, legislações sobre as Unidades de Conservação), bem como a discussão destas propostas com órgãos governamentais;
- a conquistas de algumas mudanças ou adaptações na legislação ambiental, favoráveis aos interesses dos pequenos agricultores do Vale do Ribeira (ex: liberação da exploração do Jacatirão, regulamentação do DF 750/93, etc.);
- o reconhecimento pelos poderes públicos e pela sociedade civil das entidades parceiras do projeto, que participam, por exemplo, de instâncias como o Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira;

Cabe assinalar, também, que o projeto parmitiu o estabelecimneto de relações de parceria e de cooperação com órgãos públicos, ONGs e instituições acadêmicas, bem como a canalização de recursos para projetos das próprias comunidades ou das associações locais (projeto apicultura e marcenaria da AJJ, projeto da Associação dos Caixeteiros, apoio do SEBRAE para os cursos da AJJ e da APIVALE, etc)

2. JUSTIFICATIVA

⇒ A BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA

Não existe consenso, no meio acadêmico, acerca do conceito da Mata Atlântica, de sua área de abrangência, de sua denominação¹. Mas é consensual que os remanescentes da Mata Atlântica representam hoje uma ínfima porção da cobertura vegetal original das regiões costeiras brasileiras e dos ecossistemas a elas associadas (cerca de 5 % da cobertura original, segundo várias estimativas)².

Em razão das enormes diferenças de condições climáticas, de altitude e de latitude, trata-se na realidade de um grande mosaico de ecossistemas de rica diversidade. São associados à Mata Atlântica vários ecossistemas como as restingas, as dunas, os manguezais, os complexos lagunares, as florestas de pinheiros, os campos de altitude, etc³.

Nas florestas ombrófilas densas do litoral, principal componente da Mata Atlântica, encontramos 10 % do total das espécies arbóreas de todas as famílias de plantas neotropicais. Mais da metade destas espécies só são encontradas nestas florestas. Segundo MORI et alli⁴, "as famílias sem formas arborecentes contêm uma percentagem ainda maior de endemismos, atingindo 77,4% das espécies, com maior proporção de bromeliáceas, predominantemente epífitas.

Nestes ecossistemas, encontramos 171 das 202 espécies de animais ameaçados de extinção no Brasil⁵. Na lista das 13 espécies vegetais oficialmente reconhecidas como raras ou ameaçadas de extinção (lista que sofreu sua última atualização de 1980), 12 se encontram na Mata Atlântica⁶.

⇒ O VALE DO RIBEIRA: UMA REGIÃO ESTRATÉGICA PARA A PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Este projeto deverá ser implantado no Vale do Ribeira, uma das últimas regiões de fronteira agrícola do Estado de São Paulo (ao Sul). A região teve, durante a sua história, dois períodos de relativo dinamismo econômico: durante o século XVII, com o extrativismo do ouro e até o início do século XX, com a produção em larga escala de arroz. Entretanto, desde o declínio desta última cultura, o Vale do Ribeira

¹ Câmara, I. G., 1991, p. 17.

² Consórcio Mata Atlântica - UNICAMP, 1992, p. 19.

³ Câmara, I. G., 1991, p. 18.

⁴ Mori, S.A. et alli, 1981. Distribution patterns and conservation of Eastern Brazilian coastal forests tree species. *Brittonia*, N. York Botanical Garden, N. York, 33(2). Citado por Câmara, op.cit. p. 32.

⁵ Consórcio Mata Atlântica - UNICAMP, 1992, p. 20.

⁶ Segundo Câmara (op. cit. p. 42), das 100 espécies raras apontadas pela WWF em uma lista parcial e ainda incompleta publicada em 1990, 63 ocorrem na Mata Atlântica.

tem ficado à margem do formidável processo de crescimento e desenvolvimento do Estado de São Paulo, impulsionado inicialmente pela economia cafeeira e, mais tarde, pela industrialização.

Esta marginalização "poupou" uma parte importante da Mata Atlântica do desmatamento maciço observado em quase todas as outras regiões do Estado. Segundo estimativas do IPA, a partir das cartas da SOS-Mata Atlântica⁷, se incluímos as áreas de restinga e mangue, mais de 62% da superfície regional está hoje coberta de remanescentes de Mata Atlântica, o que faz do Vale do Ribeira o território de maior área contínua de Mata Atlântica do país. Estima-se que nos Estados de São Paulo e do Paraná estejam hoje entre 21 e 23 % dos remanescentes de Mata Atlântica do país.

Uma parte desta área está coberta por matas primárias, o restante por matas secundárias que sofreram diferentes graus de exploração⁸ e se encontram em estágios diversos de regeneração. Ambos os tipos de mata são importantes do ponto de vista da conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.

Do ponto de vista qualitativo, a região também é de grande importância. Para ficar com um só exemplo: na Estação Ecológica Juréia-Itatins encontra-se 13 % das espécies animais ameaçadas de extinção no Brasil.

⇒ O SUBDESENVOLVIMENTO E A AGRICULTURA FAMILIAR E TRADICIONAL

Entretanto, as consequências negativas desta marginalização do Vale do Ribeira do ponto de vista social e econômico se fazem sentir até hoje. Trata-se de uma das regiões mais pobres do Estado, com uma carência crônica de serviços públicos e de infra-estrutura para o atendimento das necessidades básicas da população, sobretudo da população rural.

Como em outras regiões, a concentração fundiária é grande:

- as grandes fazendas, de mais de 1.000 ha (menos de 1% do total dos estabelecimentos), ocupam 32 % da área total⁹;
- os estabelecimentos de 100 a 1.000 ha (7,4 % do total) ocupam 37 % da área,
- os pequenos estabelecimentos (cerca de 7.000 no total, com menos de 100 ha), em sua esmagadora maioria de posseiros, ocupam os 30 % da área restantes,

Os primeiros (os fazendeiros) se apropriaram progressivamente das terras de baixada ou menos acidentadas do Vale. Os últimos, importantes do ponto de vista numérico e da ocupação do espaço, foram pouco a pouco sendo deslocados para as áreas mais recuadas, de relevo e acesso mais difícil

⁷ *Op. cit.*, p. 34

⁸ Desde a exploração sustentável e seletiva pelas populações tradicionais até o desmatamento para cultivo de arroz (até o início do século XX) ou, mais recentemente, a exploração madeireira

⁹ IBGE. Censo Agropecuario de 1985, citado por Angelo e Sampaio, 1995, p. 52.

Em grande parte, os posseiros e as comunidades tradicionais mantiveram os sistemas de manejo dos recursos naturais utilizados pelas comunidades caiçaras: agricultura de subsistência itinerante¹⁰, exploração dos recursos da mata para as necessidades da família (alimentação, construções, canoas, ferramentas, plantas medicinais, etc.). Nas últimas décadas, as principais fontes de renda têm sido a banana (cultura geralmente solteira, introduzida sobretudo a partir dos anos 60) e o palmito.

Várias são as dificuldades destes pequenos posseiros e comunidades tradicionais:

- as condições geográficas desfavoráveis (relevo inclinado, solos pouco férteis ou frágeis, pluviosidade elevada);
- os conflitos fundiários e a falta de regularização das terras¹¹;
- as dificuldades para o escoamento da produção (falta de estradas e de infraestrutura) e para a comercialização (falta de meios de transporte, comunicação e armazenagem);
- a ineficácia ou o pequeno alcance dos serviços de formação, assistência técnica e extensão rural;
- a deficiência crônica em matéria de serviços públicos (escolas, transportes, serviços de saúde, eletricidade, telefone, etc.);
- a descontinuidade ou o pequeno alcance da maior parte dos inúmeros programas de apoio ou assistência à população rural implementados nas últimas décadas;

⇒ DESMATAMENTOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Nas últimas décadas, os desmatamentos têm sido significativos. No início da década de 60, cerca de 89 % do Vale do Ribeira ainda estava coberto por florestas de Mata Atlântica. Esta porcentagem caiu drasticamente a partir de então, chegando a 54 % em 1985 (excluindo as áreas de restinga e mangues)¹² e praticamente se estabilizando desde então. Dentre os fatores que determinaram estes desmatamentos podemos citar: a agricultura em grande escala (bananais, pecuária ou silvicultura em grandes extensões), a extração mineral e madeireira e a expansão do turismo (nas faixas litorâneas ou mais próximas da Grande São Paulo).

Parte deste desmatamento é também usualmente atribuído à agricultura familiar, seja em razão do aumento da população rural (flagrante em vários períodos entre os anos 50 e 90), seja da introdução de novas técnicas de produção e de novas culturas (banana em particular). Entretanto, um estudo recente do IPA¹³ mostra que não existe relação direta entre o aumento populacional e o aumento dos desmatamentos. Ao contrário: os desmatamentos diminuíram entre 1985 e 1990, enquanto a

¹⁰ O período de pousio das "capoeiras" depende dos solos, das necessidades e da capacidade de trabalho da família. Em geral ele é de mais de sete anos.

¹¹ No início da década de 80, o Grupo de Resolução de Conflitos Fundiários da SUDELPA identificou mais de 100 conflitos entre posseiros e grileiros ou grandes fazendeiros, a maior parte deles armados. No início da década de 90, a maior parte das terras do Vale do Ribeira ainda não haviam sido discriminadas.

¹² Fundação SOS Mata Atlântica, 1992, citada por Angelo e Sampaio, 1995, p. 35

¹³ Angelo Furlan, S. e Sampaio, F.S.A., 1995.

população rural cresceu em termos relativos e absolutos na região. É significativo, neste sentido, que a maior parte dos desmatamentos tenham ocorrido nas terras mais planas das baixadas do médio e baixo ribeira, territórios hoje essencialmente ocupados por grandes fazendas de bananicultura e de pecuária bovina.

Isto levou o Estado de São Paulo a reforçar, a partir dos anos 80, as políticas de preservação da Mata Atlântica na região¹⁴. Em 1990, as Unidades de Conservação (Estações Ecológicas, Parques, Reservas e Áreas de Proteção Ambiental) somavam cerca de 1.000.000 ha, mais de 58% da área total da região¹⁵. As áreas de proteção integral dos recursos naturais (Estações Ecológicas, Parques e Reservas) representam cerca de 65 % deste total (38% da área do Vale).

Estas Unidades de Conservação foram implantadas sobretudo nas serras do Mar e de Paranapiacaba, áreas preservadas pelos desmatamentos massivos efetuados nas baixadas e nas áreas mais planas do Vale durante as diversas fases de expansão agrícola (cultura do arroz no passado, bananicultura e pecuária mais recentemente).

⇒ AS COMUNIDADES RURAIS DIANTE DE NOVAS DIFICULDADES

Parte significativa destes territórios são ocupados há décadas ou mesmo séculos por comunidades tradicionais de posseiros, entre as quais incluem-se inúmeras comunidades caiçaras e de remanescentes de quilombos. Em vários casos, estas comunidades estavam sendo vítimas da pressão de grileiros ou da especulação imobiliária. Para alguns setores governamentais e não governamentais, a inclusão destas comunidades nas áreas das Unidades de Conservação as protegeria destas pressões pois as terras passariam a pertencer ao governo. Em vários casos as pressões realmente reduziram.

Entretanto, nas Unidades de Conservação restritivas destinadas à preservação total da biota (38% da área do Vale), é proibido, por lei, praticar qualquer forma de agricultura e de extrativismo. As principais fontes de subsistência das comunidades tradicionais ficaram, desta maneira, na ilegalidade.

É proibido, por exemplo, o desmatamento das áreas de capoeira e de pousio, componente fundamental do sistema de cultivo destas comunidades. O pousio tradicional (de 8 a 15 anos, dependendo do potencial e do estado do solo), permite,

¹⁴ Esta política foi iniciada no final dos anos 50 com a criação da primeira Unidade de Conservação do Vale, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR, 1958), e prosseguida nos anos 60 e 70 com a criação de outros parques (Ilha do Cardoso, 1962; Jacupiranga, 1969; Serra do Mar, 1977), da Reserva Florestal de São Roque (1978, transformada em Parque Estadual em 1992) e com o tombamento do Maciço do Itatins (1979). Nos anos 80, foram criadas duas Estações Ecológicas: Juréia Itatins (1986), Chauás (1987), duas APAs (Serra do Mar, 1984, Ilha Comprida, 1987) e uma área natural tombada (Serra do Mar, 1985).

¹⁵ Secretaria do Meio Ambiente; Lepsch, 1990, citado por Angelo e Sampaio, 1995, p. 67. Devemos hoje acrescentar a estas áreas parte do Parque Estadual do Jurupará (1992) e parte do Parque Estadual Intervales (1995), cujas áreas encontram-se parcialmente no Vale do Ribeira.

conforme demonstram vários estudos e publicações recentes¹⁶, a regeneração da fertilidade do solo e dos recursos naturais da região, inclusive da cobertura de Mata Atlântica. Isto obriga os posseiros e pequenos proprietários a cultivar anos a fio as áreas atualmente desmatadas, o que tem efeitos nefastos do ponto de vista econômico e ambiental, pois diminui a produtividade da terra e, com ela, a produtividade das culturas. A sustentabilidade destes sistemas de uso dos recursos naturais fica desta forma comprometida.

Além disto, os produtores não podem mais extrair da mata os produtos que contribuíam para a sua subsistência, em particular o palmito - *Euterpe edulis*, caixeta - *Tabebuia Cassinoides* madeira para construção e para instrumentos de trabalho, etc. No caso do palmito, a atividade antes praticada na maioria dos casos de maneira sustentável (os agricultores controlavam os cortes) é agora praticada de maneira descontrolada. Os atravessadores estão, através do corte clandestino, incentivando a destruição em larga escala desta riqueza natural da Mata Atlântica. Nas unidades de conservação, a extração da caixeta parou totalmente¹⁷.

Além disto, a legislação impede ou dificulta ao extremo a construção ou a manutenção de estradas, a realização de melhorias em matéria de infraestrutura ou de serviços sociais (rede elétrica, posto de saúde, escolas, telefone, etc).

Fora das Unidades de Conservação, as formas tradicionais dos recursos naturais foram proibidas durante alguns anos (da publicação do primeiro decreto federal de proteção à Mata Atlântica, de 1990, até a completa regulamentação do DF 750/93, em meados de 1994). Atualmente, estas diversas atividades voltaram a ser possíveis, mas estão na maior parte dos casos submetidas a uma autorização da Secretaria do Meio Ambiente que só é outorgada após uma tramitação complexa, o que coloca a legalização destas atividades praticamente fora do alcance dos pequenos agricultores.

⇒ AS COMUNIDADES RURAIS: UMA FONTE DE CONHECIMENTOS INESTIMÁVEIS E UM PARCEIRO IMPRESCINDÍVEL DA PRESERVAÇÃO

Para fugir do êxodo rural, uma das alternativas adotadas pelos pequenos agricultores é o aumento da produção de banana ou, nas áreas mais próximas do litoral, de culturas horticolas. Isto aumenta a pressão sobre os remanescentes da Mata Atlântica. E estas culturas apresentam graves problemas: altos custos (agrotóxicos), dificuldades de escoamento, preços baixos e mercado controlado por um pequeno número de atravessadores; riscos ambientais consideráveis (degradação do solo, contaminação por agrotóxicos, etc).

¹⁶ Mendonça et alli, 1993; São Paulo (Governo do Estado), 1994, Born, G. et alli, 1989, Castell, F. e Verheucken, M. 1995; entre outros.

¹⁷ Em Iguape, mais de 400 famílias ficaram sem emprego nas serrarias nos diversos ramos do extrativismo da caixeta.

Para os que não resisitiram à pressão ou às dificuldades econômicas, a venda da posse é o último recurso. Neste caso, em várias comunidades, quem toma o lugar do pequeno posseiro é um fazendeiro ou uma pessoa do meio urbano (sítio de lazer), que em geral transformam as áreas agrícolas em pasto ou, mais raramante, ampliam a produção de banana. Em nenhum destes casos a conservação ou o manejo da mata é uma prioridade.

Com os moradores tradicionais acuados economicamente, a tendência é de desenvolvimento de sistema cada vez menos sustentáveis do ponto de vista ambiental. Sem os moradores tradicionais, a tendência é de que o espaço rural seja progressivamente apropriado por outros agentes. No lugar de sistemas baseados no manejo e na conservação da mata, vemos, portanto, se desenvolver sistemas cuja lógica é contrária à preservação da mata.

Devemos acrescentar a isto o fato de que parte das Unidades de Conservação foram implantadas em terras devolutas, não ocupadas anteriormente. Junto com as terras abandonadas pelos antigos moradores, estas áreas constituem-se imensos territórios desocupados, terras de ninguém, que se tornam excessivamente permeáveis à penetração de diversos tipos (extratores clandestinos e predatórios, populações migrantes, mineradoras, etc). O controle direto destas áreas pelo poder público tem se mostrado extremamente difícil com os recursos usualmente disponíveis¹⁸.

A reversão desta tendência pode ser obtida com a manutenção do tecido social que representam as comunidades de populações tradicionais e de pequenos posseiros. Elas constituem hoje praticamente os únicos agentes capazes de manejar sem destruir estes ecossistemas ainda cobertos pela Mata Atlântica¹⁹. Se tiverem reconhecidas as suas formas tradicionais de vida e asseguradas as condições de um desenvolvimento sustentável, estas comunidades se constituiriam em um parceiro potencial de grande valor para a conservação destas imensas áreas.

Além disto, o êxodo rural destas populações representa uma perda inestimável: o dos conhecimentos empíricos de que dispõe sobre a biodiversidade e os ecossistemas da Mata Atlântica. A cada dia, vemos crescer os estudos científicos que procuram resgatar estes conhecimentos ou que se beneficiam diretamente deles. Em alguns casos, como no caso de algumas plantas medicinais, os progressos científicos e econômicos só foram possíveis porque os estudos partiram dos conhecimentos das populações locais.

Sem estes conhecimentos, torna-se uma tarefa titânica conhecer cada uma das mais de 10.000 espécies vegetais e das centenas de espécies animais, as relações entre elas ou delas com seus ecossistemas. E torna-se ainda mais hipotética a exploração sustentável futura do valor imenso que representa esta biodiversidade

¹⁸ O Parque Estadual do Jacupiranga, de 150.000 ha, contava em 1992, com apenas dois guarda-parques e três funcionários de nível técnico ou superior.

¹⁹ Ainda são incipientes no Vale as experiências de ecoturismo ou outras atividades econômicas sustentáveis.

⇒ AS ALTERNATIVAS

O desenvolvimento ou o aprimoramento de sistemas sustentáveis de manejo dos recursos naturais que resolvam os problemas destas comunidades deve responder aos seguintes objetivos:

- **reduzir a pressão sobre a mata atlântica** proveniente do abandono do pousio e do aumento constante das áreas de bananal, de cultivo contínuo ou de pastagens;
- **reduzir os altos custos e os riscos de contaminação das culturas intensivas** (bananicultura, horticultura e cultura do maracujá, por exemplo);
- **evitar o desgaste dos solos e a erosão** provocados pelas culturas solteiras ou o cultivo por vários anos a fio, sem pousio;
- **diversificar as fontes de renda** dos posseiros e pequenos proprietários, sem o aumento do desmatamento;
- e, enfim, **garantir a continuidade ou o aperfeiçoamento dos sistemas de manejo das espécies nativas** praticados pelas comunidades tradicionais.

Acreditamos que isto possa ser obtido através do desenvolvimento de **sistemas agroflorestais diversificados** e da introdução de **consorciamentos, de técnicas agroecológicas e de produções complementares** (apicultura, piscicultura, criação de animais silvestres, etc).

Por outro lado, é necessário **melhorar a inserção destas comunidades nos mercados e aumentar o valor agregado aos produtos nas próprias comunidades**. Para isto é necessário desenvolver projetos de processamento e de comercialização.

Por fim, faz-se necessária uma ação complementar em outras áreas:

- o reforço da **organização das comunidades** e de suas entidades representativas (União de Associações, movimentos regionais, Sindicatos, etc);
- o **aprimoramento das legislações** (DF 750/93, Unidades de Conservação, etc), bem como das **políticas públicas** relacionadas com o desenvolvimento rural ou a conservação do meio ambiente;
- a assessoria às comunidades locais na **elaboração dos planos de manejo** que respaldem de maneira legal as suas atividades econômicas;
- a **assessoria jurídica** às comunidades com problemas fundiários,

⇒ AS INÚMERAS EXPERIÊNCIAS PILOTO JÁ EXISTENTES

Para isto, estamos propondo ou já implementando nas comunidades piloto:

- a utilização de técnicas agroecológicas de recuperação da fertilidade nas terras de cultivo contínuo (adubação verde, cultura consorciada com espécies arbóreas, conservação do solo, etc);
- adubação verde e outras técnicas de conservação de solos em bananais,
- a recuperação de áreas degradadas (por erosão ou por esgotamento dos solos),
- o manejo sustentável de palmito juçara;
- a introdução da apicultura e do artesanato como fontes complementares de renda;

Planejamos também, em seguida, divulgar ou experimentar com estas comunidades:

- a utilização de técnicas agroecológicas de combate às pragas (bananais, horticultura e outras culturas intensivas);
- o aproveitamento das capoeiras durante os períodos de pousio, através da introdução ou do manejo de espécies com interesse econômico;
- o desenvolvimento de sistemas agroflorestais diversificados e permanentes (que poderiam ser uma alternativa à expansão da banana),

Em matéria de processamento e de comercialização, três experiências piloto estão sendo desenvolvidas no quadro do projeto: a produção e a comercialização de doces pela comunidade do Despraiado; a comercialização de mel e a utilização de restos de caixeta das serrarias para a produção de artesanato ou jogos educativos pela Associação dos Jovens da Juréia.

Propomos, a médio prazo, explorar melhor os nichos de mercado potenciais existentes no ecoturismo e nos circuitos "alternativos", criando marcas ou selos que valorizem o aspecto sustentável e a origem regional e cultural destes produtos.

Várias destas experiências estão se inspirando e se apoiando em experiências já desenvolvidas anteriormente por agricultores ou comunidades da região. Além disto, vários grupos estão tentando desenvolver novas fontes de renda para as comunidades, entre os quais poderemos citar as iniciativas em torno das plantas medicinais, da apicultura e da piscicultura.

3. OBJETIVOS

⇒ OBJETIVO GERAL

Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a organização das comunidades rurais do Vale do Ribeira, como forma de garantir a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais nos remanescentes da Mata Atlântica da região.

⇒ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Realizar, com as comunidades da região, um diagnóstico dos eco-sistemas locais - em particular no que se refere aos sistemas de utilização da terra e dos recursos naturais - bem como das suas condições sócio-econômicas;
2. Apoiar e assessorar a organização e os projetos comunitários que permitam o desenvolvimento sustentável das comunidades, tais como o processamento e a comercialização direta dos produtos agroflorestais ou extrativistas;
3. Divulgar e apoiar a implementação de sistemas agroflorestais e técnicas agroecológicas de produção, bem como novas culturas e fontes de renda;
4. Implantar, com as comunidades, Unidades de Observação e de Demonstração (UODs) ou experimentos que contribuam para o aprimoramento e a sustentabilidade destes sistemas de uso da terra, considerando em especial os sistemas agroflorestais e o extrativismo;
5. Elaborar, com a população, e quando necessário, planos de manejo e apoiar a negociação destes planos junto aos órgãos competentes;
6. Elaborar, com a população, propostas para o desenvolvimento sustentável regional e para a reformulação das legislações relativas à preservação da Mata Atlântica, às unidades de conservação e ao uso da terra,
7. Produzir materiais didáticos e de divulgação;
8. Sensibilizar tomadores de decisão e técnicos sobre a necessidade de conciliar desenvolvimento das comunidades rurais locais e conservação ambiental;
9. Constituir um acervo de dados e estudos sobre todos os temas relativos à realidade sócio-econômica e ambiental, ao desenvolvimento das comunidades e à conservação dos recursos naturais da região,

⇒ OBJETIVOS INDIRETOS

O projeto poderá subsidiar direta ou indiretamente:

- a definição do macro-zoneamento do Vale do Ribeira,
- as mudanças que se tornarão possíveis ou obrigatórias nas Unidades de Conservação, em razão das regulamentações e das leis atualmente em debate, a nível federal ou estadual;
- a definição e a implementação dos programas de conservação da biodiversidade no Vale do Ribeira, tanto de âmbito federal quanto estadual,

4. AS PARCERIAS E A ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

⇒ DURAÇÃO DO PROJETO

O presente projeto foi elaborado para um período de três anos.

Entretanto, algumas experiências piloto já vem sendo iniciadas pelas entidades proponentes com os recursos já disponíveis. Além disto, dado o seu caráter e seus objetivos (experimentação de sistemas agroflorestais), ele deverá ter uma duração total de seis anos.

⇒ A ATUAÇÃO NO NÍVEL MUNICIPAL E MICRO-REGIONAL

O principal nível de atuação do projeto é o municipal ou o micro-regional. É neste nível que temos a possibilidade de melhor articular os produtores e suas organizações e estabelecer os elos com outros agentes, em especial os órgãos governamentais.

No nível municipal ou micro-regional, nossos parceiros diretos na implementação do projeto serão:

- na região de Iguape: a União das Associações Iguapenses, a União dos Moradores da Juréia, a Associação dos Jovens da Juréia e a Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira;
- no município de Barra do Turvo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as associações e comunidades locais;
- no médio e alto Ribeira: o Movimento dos Ameaçados pelas Barragens e as associações e comunidades locais;

Tratam-se de organizações que demonstraram ter capacidade de articulação e uma sólida representatividade, tanto perante as bases quanto perante os órgãos públicos e a sociedade civil local. Elas poderão assim mais facilmente assumir tarefas no desenvolvimento do projeto e garantir a sua durabilidade e a sua divulgação.

Com estas organizações, prevemos as seguintes atividades:

- cursos de formação de agricultores ou de monitores,
- assessoria e apoio nos esforços de articulação das organizações de base,
- a assessoria e o apoio a projetos coletivos de processamento, comercialização e desenvolvimento sustentável;
- assessoria e apoio nos esforços de negociação com os poderes públicos e de elaboração de propostas de políticas públicas;
- a divulgação dos resultados do projeto

⇒ A ATUAÇÃO NO NÍVEL COMUNITÁRIO

O projeto não disporá de recursos para uma atuação em todas as comunidades destes municípios, quanto menos da região. Por esta razão, algumas das propostas centrais do projeto serão desenvolvidas ou experimentadas através de experiências ou de projetos piloto implantados em algumas comunidades ou, mais raramente, junto a associações temáticas (como por exemplo a AJJ e a APIVALE).

Estas comunidades serão sempre escolhidas em conjunto com as organizações municipais ou regionais, em função de sua representatividade e de sua posição estratégica do ponto de vista social e da biodiversidade²⁰. Trabalharemos localmente em parceria com as associações locais e, quando for o caso, com os grupos formais ou informais que se constituem em torno de projetos específicos. Atualmente, trabalhamos com as associações das comunidades do Despraiado e do Capuava do Momuna.

As experiências piloto e as atividades desenvolvidas a nível comunitário serão definidas através de diagnósticos rápidos participativos realizados em conjunto com as comunidades. Isto não exclui que algumas atividades possam ser iniciadas durante a realização deste DRPA, quando solicitadas pelas comunidades.

As experiências e projetos piloto deverão ter um efeito demonstrativo. No caso específico dos sistemas agroflorestais e das técnicas agroecológicas, serão criadas Unidades de Observação e Demonstração implantadas conjuntamente com os agricultores.

Constituirão também experiências piloto os projetos associativos ou comunitários, bem como, excepcionalmente, atividades desenvolvidas individualmente por produtores interessados em determinados experimentos e inovações.

No nível comunitário, poderemos também elaborar planos de manejo dos recursos naturais, em particular quando isto for uma exigência legal para o desenvolvimento das atividades planejadas pela comunidade.

⇒ A ATUAÇÃO NO NÍVEL REGIONAL

A nível regional, nosso principal parceiro direto será a Comissão dos Moradores de Unidades de Conservação. Poderemos também estabelecer parcerias, para atividades específicas, com outras organizações ou instâncias, como por exemplo a UVEVAR, o Comitê de Bacia Hidrográfica.

No nível regional, o projeto prevê:

²⁰ Para esta fase inicial do projeto em Iguape, por exemplo, as comunidades foram escolhidas de maneira que tivéssemos um trabalho dentro e fora da Estação Ecológica e diferentes situações do ponto de vista das condições geográficas. Também foram levados em conta a situação social das comunidades e a sua mobilização

- a assessoria à CMUC e o apoio a suas atividades, em particular no que diz respeito à formulação de propostas de políticas públicas e ao aprimoramento da legislação,
- a capacitação de lideranças (dos parceiros envolvidos no projeto) e de técnicos capazes de divulgar técnicas e conhecimentos de interesse do projeto;
- atividades de divulgação e de sensibilização, direcionadas em particular aos tomadores de decisão e a outros movimentos da sociedade civil;
- a constituição de um banco de dados sobre os problemas regionais e sobre as iniciativas em matéria de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade;

⇒ AS OUTRAS PARCERIAS

Será necessário, também, estabelecer parcerias ou cooperações com instituições governamentais, não governamentais e do meio acadêmico. Entre elas, podemos citar aquelas com as quais já trabalhamos:

- a Prefeitura Municipal de Iguape e de Cananéia;
- a UVEVAR (União dos Vereadores do Vale do Ribeira);
- a Escola Agrícola de Iguape;
- técnicos locais da SMA e de seus diferentes órgãos (IF, DEPRN, Fundação Florestal, etc.);
- técnicos locais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e pesquisadores do IEA (Instituto de Economia Agrícola);
- a Universidade de São Paulo, em particular com a ESALQ (Piracicaba) e o Departamento de Geografia da FFLCH (São Paulo);
- as ONGs Rede PTA (Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas, que reúne mais de 20 ONGs com projetos de agroecologia), CTCS (Centro Técnico de Ciências do Solo) e IPA (Instituto de Pesquisas Ambientais);
- o SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa);

Na medida em que as complementariedades forem se confirmando, algumas destas instituições - em particular os poderes públicos locais, a SMA e a SAA - deverão ser progressivamente associadas ao projeto, se possível inclusive no seu planejamento e na sua execução. Esta participação poderá garantir sustentabilidade e a durabilidade das ações desenvolvidas pelo projeto e a incorporação dos seus resultados em diretrizes de políticas públicas para a região. Isto será sobretudo importante no que diz respeito às comunidades situadas nas Unidades de Conservação.

Este envolvimento se dará, inicialmente, de duas formas.

- de um lado, através da sua participação em atividades de divulgação e, eventualmente, de avaliação do projeto;
- de outro, através de cooperações e de parcerias;

5. PÚBLICO, METAS E RESULTADOS

⇒ Público atingido

Em termos quantitativos, estabelecemos as seguintes metas:

- nas nove comunidades prioritárias: diretamente cerca de 150 agricultores e, indiretamente, cerca de 500 famílias;
- nas demais comunidades da região: diretamente, cerca de 90 monitores e lideranças e, indiretamente, cerca de 500 famílias;

Poderão ser também beneficiadas indiretamente, sem que possamos quantificar:

- outras comunidades de pequenos produtores do Vale do Ribeira;
- técnicos, pesquisadores, funcionários de órgãos públicos e tomadores de decisão.

⇒ As metas

As metas quantificáveis do projeto, tanto para o primeiro ano, quanto para a primeira fase (três anos) estão resumidas na tabela anexa.

⇒ Os resultados esperados

Os resultados esperados ao término da primeira fase do projeto (três anos) são.

- o aumento da capacidade organização, de articulação, de formulação e de negociação de propostas, bem como da representatividade de todas as organizações de produtores parceiras no projeto;
- 9 comunidades significativamente fortalecidas, diretamente envolvidas em projetos de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e capacitadas a negociar suas propostas nestes campos;
- 15 comunidades sensibilizadas e envolvidas em atividades de desenvolvimento sustentável, de capacitação agroflorestal ou em projetos econômicos;
- 9 Unidades de Observação e de Demonstração de sistemas agroflorestais implantadas;
- 60 monitores capacitados, com noções básicas sobre sistemas agroflorestais e sobre o manejo das principais espécies de interesse econômico;
- primeiros resultados dos experimentos sistematizados, analisados e em divulgação;
- 5 vídeos e 5 kits pedagógicos produzidos e em divulgação;
- articulação reforçada entre as comunidades da região;
- laços de cooperação reforçados entre as entidades envolvidas em atividades de desenvolvimento sustentável e conservação da Mata Atlântica;
- propostas, elaboradas com as comunidades e divulgadas, para o desenvolvimento sustentável, a preservação da biodiversidade e o aprimoramento da legislação;
- técnicos e tomadores de decisão sensibilizados sobre os problemas das comunidades rurais locais, sobre o potencial das alternativas propostas;

METAS

	No primeiro ano	Até o final do projeto (3 anos)
1. PROC		
* DIAGN		
diagnósticos participativos dos sistemas de uso dos recursos naturais e da situação sócio-sistemática de experiências agroflorestais e extrativistas	3 comunidades 1 relatório de etapa	9 comunidades 1 relatório final
* PESQI		
implantação de Unidades de Observação e Demonstração	3 Unidades	9 Unidades
* APOIC		
elaboração de planos de manejo ou desenvolvimento sustentável da comunidade	3 comunidades	6 comunidades
elaboração de projetos econômicos comunitários	3 comunidades	9 comunidades
* CAPAI		
realização de cursos temáticos de curta duração (temas a definir após o diagnóstico, 24 hs, 15 participantes)	3 comunidades 30 agricultores	9 comunidades 90 agricultores
2. SENSI		
reuniões e encontros de sensibilização	15 comunidades 300 agricultores	30 comunidades 600 agricultores
realização, com colaboradores externos, de cursos sobre sistemas agroflorestais, para monitores (colaboradores e docentes a definir após o diagnóstico, 40 hs, 30 participantes)	1 curso 20 monitores	3 cursos 60 monitores
edição de kits de materiais didáticos (cartilhas, vídeos, folhetos)	1 kit	5 kits
realização de encontros municipais de intercâmbio entre comunidades	3 encontros 90 participantes	18 encontros 270 participantes
realização de encontros de intercâmbio entre comunidades da região	1 encontro regional 30 participantes	3 enc. regionais 90 participantes
3. AVAL		
realização de um seminário de divulgação dos resultados do projeto para tomadores de decisão		1 seminário 100 participantes
realização de seminários de avaliação do projeto, com agricultores, técnicos e consultores	1 seminário 15 participantes	3 seminários 15 participantes
publicação de um documento de divulgação dos resultados e de avaliação da metodologia		1 documento
constituição de um banco de dados sobre a região		1 banco de dados

6. EQUIPE E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO

⇒ UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe técnica permanente do projeto, encarregada do trabalho de coordenação do projeto, dos experimentos, do acompanhamento e da capacitação dos grupos e de parte dos estudos técnicos, é atualmente composta de:

- um engenheiro florestal;
- dois engenheiros agrônomos (sendo uma em tempo parcial);
- uma assistente social (tempo parcial);
- um técnico agrícola;

A esta equipe deverão se juntar outros técnicos, do próprio projeto ou de organizações parceiras, cujo perfil e a quantidade serão definidos conjuntamente com as organizações parceiras, em função das necessidades do projeto e dos resultados dos diagnósticos a serem realizados.

Já se fazem sentir, com o desenrolar das atividades atualmente em curso, que serão necessários técnicos em pelo menos duas áreas complementares: a jurídica e a da comercialização.

Trabalharão também diretamente no projeto, garantindo atividades de capacitação e participando da coordenação do trabalho, as lideranças das organizações e das comunidades com as quais trabalharemos. Grande parte das atividades de experimentação e da condução das UOD's serão realizadas pelos próprios agricultores.

Contaremos também com a colaboração de técnicos de outras instituições ou que serão contratados para a prestação de serviços específicos ou para consultorias (assessorias temáticas e estudos técnicos, coleta e sistematização de experiências, diagnósticos setoriais, etc), além de estagiários de instituições universitárias

Por fim, cabe citar a contribuição direta do técnicos de outros projetos das duas entidades proponentes, que participarão dos seminários de avaliação e planejamento, bem como de atividades específicas do projeto.

⇒ ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO

A coordenação do projeto ficará a cargo de um grupo composto pela equipe do PROTER e da REBRAF e por representantes das organizações de produtores parceiras (inicialmente CMUC, UAI, STR de Barra do Turvo, MOAB).

Na medida em que forem se consolidando as relações com outros parceiros (outras ONGs ou órgãos governamentais), estes poderão ser progressivamente associados à coordenação do projeto.

A coordenação executiva do projeto ficará a cargo de um técnico do PROTER e um técnico da REBRAF. As duas entidades já estabeleceram um convênio de cooperação e dispõem, em Iguape, um escritório de apoio para o projeto.

Será constituído um **Conselho Consultivo do Projeto**, com a participação de 5 a 6 técnicos ou pesquisadores do meio acadêmico ou de órgãos governamentais e não governamentais. Este Conselho participará das reuniões periódicas de avaliação e de planejamento do projeto, bem como, eventualmente, de reuniões técnicas de acompanhamento dos trabalhos.

⇒ AVALIAÇÃO DO PROJETO

Para medir os resultados do projeto, tanto na escala das unidades de produção quanto das comunidades atingidas pelo projeto, observaremos, em particular :

- a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica e dos recursos naturais nas áreas de abrangência do projeto;
- a adequação, coerência e estabilidade dos sistemas de produção adotados (do ponto de vista agrônomo, ambiental, econômico e social);
- a evolução da renda e o grau de capitalização das unidades de produção atingidas,
- o grau de domínio, por parte dos agricultores, das técnicas de produção, de comercialização e de gestão;
- o grau de organização e de participação social dos agricultores,
- a capacidade de elaborar e implementar projetos de desenvolvimento de forma autônoma.

A avaliação do projeto como um todo e das propostas de desenvolvimento elaboradas será realizada:

- internamente, através da observação sistemática dos critérios quantitativos e qualitativos citados acima,
- através de seminários anuais com a participação de representantes das comunidades participantes, das organizações parceiras e de técnicos convidados (Conselho Consultivo);
- através de consultorias contratadas para este fim.

7. CRONOGRAMA DE TRABALHO

⇒ ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

Visando a definição mais detalhada do trabalho a ser implementado e a escolha das comunidades nas quais se concentrarão nossos esforços, pretendemos, no primeiro semestre de 1996:

- uma reunião as organizações parceiras a nível regional, com a participação de todas as organizações da CMUC;
- uma reunião em cada município ou micro-região escolhidos (Iguape, Barra do Turvo e Eldorado e Iporanga);
- um workshop sobre sistemas agroflorestais para o Vale do Ribeira, que deverá subsidiar mais detalhadamente as propostas elaboradas para as duas comunidades onde já realizamos diagnósticos;
- um seminário de divulgação dos resultados do projeto, destinado aos parceiros atuais ou potenciais (ONGs, meio acadêmicos e órgãos públicos);
- um seminário de avaliação do projeto, com participação representantes das organizações parceiras e de técnicos convidados, este seminário deverá instalar o Conselho Consultivo do projeto;

Daremos também continuidade às atividades iniciadas em Iguape, em especial nas comunidades do Despraído e do Capuava do Momuna

Pretendemos, enfim, neste período, definir programas de cooperação com equipes de outras instituições que se mostraram interessadas em colaborar com o projeto, em particular da Escola Agrícola de Iguape, da USP (NACE, ESALQ e Dep. de Geografia), do IEA, CNEARC - Montpellier, SEBRAE, outros órgãos públicos, etc.

⇒ PRIMEIRA ETAPA: DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS, DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES E CRONOGRAMAS COM AS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Na primeira fase do projeto - cerca de um ano - estaremos realizando, nas três áreas de atuação (Iguape, Barra do Turvo e Eldorado), um diagnóstico rápido participativo a nível municipal ou micro-regional. Isto permitirá a definição das prioridades e dos programas de trabalho e escolha das comunidades nas quais serão implantados projetos e experiências piloto. Já nesta fase, poderão ser iniciadas atividades de capacitação ou de sensibilização dos agricultores e das lideranças locais. Concebemos esta fase como uma etapa de mobilização das organizações e de consolidação da parceria, tanto quanto de diagnóstico propriamente dito

Iniciaremos, em seguida, a realização dos diagnósticos participativos nas comunidades escolhidas (em duas delas o trabalho já estará concluído) Estes diagnósticos também respondem a dois objetivos mobilizar a comunidade e diagnosticar os seus problemas Isto permitirá a definição das prioridades e dos programas de trabalho a nível local.

Pretendemos, em paralelo:

- coletar e analisar informações e estudos já realizados sobre estas regiões e estas comunidades, bem como sobre a situação sócio-econômica do município.
- estudar, com os outros agentes locais, em particular com os poderes locais, os possíveis campos de cooperação e parceria;

⇒ SEGUNDA ETAPA: IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS PILOTO, DOS EXPERIMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES;

Ao final da primeira fase, deveremos dar início à implantação das UOD's (Unidades de Observação e de Demonstração), bem como de experimentos específicos de sistemas agroflorestais ou de técnicas de manejo dos recursos naturais.

Deverão também ser iniciadas as outras atividades previstas no projeto e definidas na fase anterior: atividades de capacitação; encontros e viagens de intercâmbio; sistematização e divulgação de experiências; apoio à organização comunitária; elaboração e implementação de planos de manejo e de projetos econômicos; produção de materiais pedagógicos e de divulgação; realização de seminários e workshops de divulgação, etc.

⇒ TERCEIRA ETAPA: DIVULGAÇÃO DOS PRIMEIROS RESULTADOS

Os resultados e as experiências do projeto serão divulgadas à medida em que forem se acumulando, em particular nos encontros regionais de produtores e nos seminários e workshops destinados aos tomadores de decisão e técnicos.

Entretanto, este trabalho será sobretudo intenso na fase final do projeto, quando já tiverem sendo avaliados, pelas próprias comunidades, os resultados de suas experiências e projetos.

Este envolvimento das comunidades, das organizações locais e dos poderes públicos será fundamental para assegurar a irradiação do projeto para outras comunidades ou micro-regiões do Vale, bem como para a durabilidade das ações e a sua incorporação nas diretrizes dos poderes públicos e das demais organizações atuando na região.

8. ORÇAMENTO

⇒ ORÇAMENTO TOTAL E FINANCIADORES

O orçamento total do projeto está estimado em cerca de US\$ 300.000 anuais, ou US\$ 900.000 para os três anos de duração.

Deverão contribuir para que se chegue a este montante os financiamentos já assegurados para o projeto (cerca de US\$ 120.000 anuais), a contraparte dos proponentes e das comunidades parceiras (cerca de US\$ 150.000 para os três anos).

A contribuição solicitada ao FFEM é de US\$ 130.000 anuais, ou 390.000 para os três anos, o que equivale a cerca de 43 % do total do custo do projeto.

⇒ JUSTIFICATIVA ORÇAMENTÁRIA

1. equipe técnica

A equipe técnica do projeto será composta de:

- uma equipe permanente, encarregada do trabalho de coordenação do projeto, do acompanhamento e da capacitação dos grupos e de parte dos estudos técnicos;
- um grupo de técnicos contratados para a prestação de serviços específicos ou para consultorias (essencialmente assessoria e estudos técnicos especializados, sistematização de experiências e realização dos diagnósticos setoriais exigidos pelo projeto);

2. animação e sensibilização

Previmos, neste item:

- os custos das atividades de coordenação do projeto,
- os custos dos encontros locais ou regionais e para intercâmbio de experiências ou para a sensibilização de agricultores e técnicos;
- as visitas e as viagens a outras regiões para atividades de intercâmbio e de capacitação dos agricultores;
- os custos de realização e de divulgação dos instrumentos audiovisuais e pedagógicos elaborados no projeto;

3. pesquisa e experimentação

Neste item estão previstos os seguintes custos:

- 7 - Acesso
ISA
- os custos operacionais da sistematização de experiências de agrossilvicultura e de desenvolvimento sustentável;
 - a aquisição de documentação necessária ao projeto;
 - os custos de implementação das unidades de observação e dos experimentos (insumos, mão de obra ocasional, etc.);
 - as despesas de manutenção dos equipamentos envolvidos neste trabalho de pesquisa e experimentação;

4. capacitação

Estão previstos neste item os custos diretos de realização dos cursos e seminários de capacitação (deslocamento dos participantes, alimentação, hospedagem, material didático, contratação de docentes ou palestrantes, locação de salas e equipamentos, etc), além dos estágios e viagens para capacitação dos técnicos do projeto.

5. viagens

Para a realização do projeto, será necessário o constante deslocamento de técnicos para as áreas de atuação, assim como, eventualmente, viagens a outras regiões para atividades de intercâmbio técnico e divulgação do projeto.

6. despesas operacionais

Constituem despesas operacionais do projeto: combustível e manutenção dos veículos (incluindo seguros e impostos) e do material permanente, material pedagógico, audiovisual e documentação e de escritório, correio, telefone, provedores de acesso à Internet, xerox, reproduções e serviços gráficos, contribuições às redes e demais programas de intercâmbio aos quais estaremos associados, prestações de serviços para prestação de contas e elaboração de relatórios, aluguel de escritórios destinados exclusivamente para os objetivos do projeto, etc.

7. investimentos

Está previsto neste item:

- a compra de um veículo 4x4, ao qual deveremos adicionar dois veículos cedidos pelo PROTER;
- a compra de um microcomputador, ao qual serão adicionados dois microcomputadores já disponíveis nas entidades proponentes;

8. Fundo Rotativo e investimento em infraestrutura

Vários projetos comunitários encontram, para ser implementados, um obstáculo maior: a falta de financiamentos adequados. Muitas vezes, estes financiamentos podem ser de volumes reduzidos (menos de 1 ou 2.000 dólares).

Este problema pode ser solucionado na escala local pela criação de um fundo rotativo gerenciado conjuntamente pelas organizações locais. Várias experiências neste sentido vem sendo testada com êxito por ONGs em várias partes do país. O PROTER gerencia há cinco anos um pequeno fundo rotativo deste tipo na região da Alta Araraquarense, que financiou mais de 10 projetos comunitários.

Este financiamento será destinado preferencialmente a projetos comunitários. Ele deverá ser feito sempre que possível sob a forma de empréstimo, assumido solidariamente pelos membros do grupo ou a associação que o apresenta. Os prazos dependerão do tipo de investimento realizado. O reembolso do empréstimo deverá garantir, também na medida do possível, a continuidade do fundo e o financiamento de outros projetos que surgirão posteriormente.

Por fim, a gestão do fundo deverá ser assegurada por uma comissão com representantes das organizações parceiras do projeto, com a possibilidade de incorporação de pessoas externas ao projeto.

9. taxa administrativa e imprevistos

Uma taxa administrativa cobrirá os custos indiretos do projeto para o PROTER (aumento dos custos do setor administrativo e da manutenção da infra-estrutura física da instituição). Ela foi estipulada em cerca de 10% dos custos totais do projeto, excluindo o fundo rotativo e os investimentos.

Também foi estipulada uma reserva técnica adicional, correspondente a 8% do orçamento do projeto.

10. outras fontes de financiamento e contraparte do PROTER, da REBRAF e das comunidades

O projeto já conta com o apoio da Fundação Frederich Naumann (FNST, Alemanha), da InterAmerican Foundation (IAF, EUA) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Um cooperante do CIM (Centro Internacional para Migração e Desenvolvimento, da República da Alemanha), trabalhando junto à REBRAF, está alocado em tempo integral ao projeto. Este cooperante dispõe de uma pequena verba anual do CIM para compra de pequenos equipamentos destinados ao projeto.

17 - Acervo
1974

A REBRAE e o PROTER colocarão também à disposição do projeto as estruturas disponíveis em São Paulo (escritório e documentação) e vários equipamentos alocados ao projeto (xerox, fax e computadores, veículos, máquinas de foto, projetores, câmara de vídeo, vídeo e televisão, etc.), além do seu boletim para divulgação de informações (Informativo Agroflorestal).

Além disto, técnicos e dirigentes das duas entidades estarão envolvidos na execução do projeto ou contribuirão com atividades específicas.

As comunidades locais, com seus conhecimentos e com o seu trabalho, contribuirão de maneira decisiva para a execução do trabalho. As próprias comunidades cederão áreas para os experimentos, salas, transporte e alimentação para os cursos locais, etc. Em Iguape, várias outras instituições contribuirão com o projeto. A paróquia cederá locais para reuniões e, eventualmente, hospedagem para os agricultores. O mesmo tipo de cooperação poderá ser fornecido pela Escola Agrícola.

Enfim, as organizações parceiras - em particular as instituições acadêmicas, as outras ONGs e órgãos públicos - também contribuirão para o projeto cedendo documentação, meios de comunicação, salas, tempo de trabalho de seus técnicos e pesquisadores, equipamentos, etc.

**ORÇAMENTO DO PROJETO - EM US\$
PRIMEIRO ANO**

	PROTER- REBRA- COMUNID ADES	LAF	FNST	FNMA	TOTAL - OUTRAS FONTES	SOLICITA DO AO FFEM	TOTAL DO PROJETO
PESSOAL PERMANENTE (salários)	0	29.200	0	0	29.200	28.000	57.200
Técnicos permanentes	0	29.200	0	0	29.200	28.000	57.200
CONSULTORIAS E PRESTAÇÕES DE	25.000	2.000	0	40.000	67.000	21.000	88.000
Pessoal contratado	0	2.000	0	40.000	42.000	21.000	63.000
Trabalho voluntário - comunidades	15.000	0	0	0	15.000	0	15.000
Contrib. técnicos PROTER-REBRA	10.000	0	0	0	10.000	0	10.000
ANIMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	4.500	2.900	12.500	4.500	24.400	17.900	42.300
Encontros locais	1.000	400	3.000	500	4.900	2.400	7.300
Encontros regionais	1.000	500	4.000	500	6.000	3.000	9.000
Visitas de intercâmbio com agricultores	500	500	0	500	1.500	1.500	3.000
Comunicação: cartilhas e folhetos	0	1.000	500	500	2.000	2.000	4.000
Comunicação: vídeos, audio-visuais	0	0	5.000	2.000	7.000	7.500	14.500
Reuniões e atividades de coordenação	2.000	500	0	500	3.000	1.500	4.500
PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO	4.500	1.500	0	5.000	11.000	5.600	16.600
Sistematização de experiências	1.500	0	0	3.000	4.500	1.500	6.000
Documentação	1.000	500	0	1.000	2.500	1.500	4.000
Insumos	1.000	500	0	500	2.000	2.000	4.000
Manutenção de equipamentos	1.000	500	0	500	2.000	600	2.600
CAPACITAÇÃO	2.500	2.700	2.500	2.500	10.200	9.000	19.200
Estágios e viagens para técnicos	500	1.000	0	500	2.000	1.500	3.500
Cursos	1.000	700	500	1.000	3.200	3.000	6.200
Seminários	1.000	1.000	2.000	1.000	5.000	4.500	9.500
VIAGENS	2.000	3.000	0	2.000	7.000	3.300	10.300
Passagens	0	1.500	0	1.000	2.500	2.100	4.600
Hospedagem e alimentação	2.000	1.500	0	1.000	4.500	1.200	5.700
DESPESAS OPERACIONAIS	1.500	5.500	0	6.000	13.000	10.200	23.200
Combustível e manutenção veículos	0	3.000	0	3.500	6.500	6.000	12.500
Correio, telefone	500	1.000	0	1.000	2.500	1.800	4.300
Xerox, reproduções, material pedagógico	500	1.000	0	1.000	2.500	1.500	4.000
Material de escrit. e secret.	500	500	0	500	1.500	900	2.400
SUB-TOTAL I	40.000	46.800	15.000	60.000	161.800	95.000	256.800
TAXA ADMINISTRATIVA (10%)	0	0	0	0	0	9.000	9.000
IMPREVISTOS (8%)	0	4.000	0	0	4.000	7.000	11.000
INVESTIMENTOS (veículos e equipam.)	30.000	10.000	0	0	40.000	30.000	70.000
TOTAL GERAL	70.000	60.800	15.000	60.000	205.800	141.000	346.800

Obs: só estão incluídos no orçamento os recursos já garantidos.

26a

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Born, G.C.C., Diniz, P.S.N.B. e Rossi, L. 1989. Levantamento etnofarmacológico e etnobotânico nas comunidades da Cachoeira do Guilherme e parte do Rio Comprido da Estação Ecológica Juréia Itatins. Relatório final. Mimeo. Vitae Civilis. São Paulo.
- Câmara, I.G. 1991. Plando de ação para a Mata Atlântica. São Paulo. SOS Mata Atlântica.
- Castell, F. e Vereecken, M. 1995. Influence de la création de la Sation Ecologique Juréia Itatins sur la dynamique agraire de la Communauté de Despraiado (São Paulo - Brésil). Mimeo. Montpellier. CNEARC-PROTER. 58 p.
- Consórcio Mata Atlântica - UNICAMP, 1992. Reserva de Biosfera da Mata Atlântica - Plano de Ação, Vol. I. São Paulo.
- Mendonça, A.L.F., Canelada, G.V., Jovchelevich, P., Sanchers, R.A. 1993. Levantamento etnobiológico na Estação Ecológica Juréia-Itatins. Mimeo. Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro. 59 p.
- São Paulo (Governo do Estado), Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria da Educação. 1992. Programa de educação ambiental no Vale do Ribeira. São Paulo. 344 p.
- São Paulo (Governo do Estado), Secretaria do Meio Ambiente. 1994. Serra do Mar, uma viagem à Mata Atlântica. São Paulo. 95 p.
- Vitae Civilis, sd. "Programa Conservação da Biodiversidade, proteção cultural e sustentabilidade do desenvolvimento da Mata Atlântica", mimeo, São Paulo.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO
DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

Assunto: Relatório de Avaliação sobre o Projeto Desenvolvimento Comunitário e Conservação da Mata Atlântica na Região de Iguape-Juréia

Introdução:

1. A presente avaliação é resultado de análise realizada no documento de projeto, de contatos feitos diretamente com os executores e representantes do Governo do Estado de São Paulo e de verificação em campo na região de Iguape-Juréia
2. O presente projeto é uma iniciativa do Programa da Terra (PROTER) e da Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF), duas ONGs que desenvolvem trabalhos na região, e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades tradicionais ao mesmo tempo que para a conservação dos recursos naturais, em particular os remanescentes de Mata Atlântica na região de Iguape e dos municípios vizinhos à Estação Ecológica Juréia-Itatins.
3. Para alcançar o objetivo proposto, o projeto desenvolverá as seguintes atividades:
 - realizar um diagnóstico dos ecossistemas locais a partir dos conhecimentos das comunidades;
 - implantar Unidades de Observação e de Demonstração.
 - desenvolver atividades de sensibilização, divulgação, capacitação técnica e extensão;
 - apoiar iniciativas que permitam o processamento e a comercialização direta dos produtos,
 - elaborar, de forma participativa, planos de manejo sustentável dos recursos naturais e propostas de reformulação/aperfeiçoamento das legislações relativas à preservação da mata atlântica;
 - produzir materiais didáticos e sensibilizar tomadores de decisão
4. Os beneficiários são as comunidades diretamente envolvidas nas ações de experimentação do projeto (cerca de 500 famílias), as comunidades atingidas pelas ações de divulgação e sensibilização (Municípios de Iguape, Cananéia, Peruibe, Miracatu, Itariri e Pedro de Toledo) outras comunidades de pequenos produtores do Vale do Ribeira e técnicos, pesquisadores, funcionários de órgãos públicos e tomadores de decisão que atuam no Vale do Ribeira
5. Os recursos previstos são estimados em 4 a 5 MF dos seguintes financiadores: IAF (Inter-American Foundation), FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente), FNST (Friderich Naumann Stiftung), FFEM (Fonds Français pour l'Environnement Mondial), PROTER e REBRAF.
6. A Mata Atlântica que originalmente correspondia a 10% do território brasileiro, tem hoje nos Estados de São Paulo e Paraná seus principais redutos de sobrevivência com cerca de 21 e 23%, respectivamente, do total remanescente no Brasil, que corresponde a aproximadamente 150.000 Km². O Vale do Ribeira, área de atuação deste projeto, se caracteriza por uma forte presença de cobertura florestal primária, típica de Mata Atlântica, parcialmente protegida por várias unidades de conservação, que abrigam os componentes mais expressivos da

biodiversidade do ecossistema. Segundo dados do Governo do Estado de São Paulo, a região do Vale do Ribeira é uma das áreas mais carentes e de menor densidade populacional do Estado e apresenta as seguintes características principais: indefinição do domínio de terras, baixo nível de renda; produção voltada para as atividades agrícolas pouco diversificadas; e problemas sócio-econômicos decorrentes da ausência de investimentos governamentais para a melhoria da infra-estrutura. De acordo com o PROTER e a REBRAAF, nos últimos anos, a região vem sendo alvo de uma ocupação desordenada, imediatista e predatória, motivada principalmente por interesses ligados à extração mineral e madeireira, à especulação fundiária e imobiliária, ao turismo predatório e à agropecuária em grande escala.

Análise:

7. A presente proposta está inserida na área de atuação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e seus objetivos são convergentes com os objetivos do Programa Piloto.
- 8 Este projeto é altamente relevante sob os pontos de vista social, econômico e ambiental pois deverá proporcionar melhores condições de vida, para as populações locais, por intermédio do aprimoramento dos conhecimentos empíricos destas comunidades no manejo dos recursos naturais existentes, da diversificação das suas fontes de renda e do processamento e comercialização direta dos seus produtos. Ao mesmo tempo, os benefícios ambientais esperados por este projeto estão na efetiva proteção à biodiversidade de um dos ecossistemas florestais mais ameaçados do País, uma vez que a proposta de desenvolvimento de sistemas agroflorestais sustentáveis se apresenta como uma alternativa econômica e ambientalmente viável para as comunidades locais, acarretando uma redução nas pressões sobre a Mata Atlântica provenientes dos desmatamentos para abertura de novas áreas de agricultura, além de evitar o desgaste dos solos e a erosão provocados pelas culturas solteiras ou pelo cultivo por vários anos sem o devido período de pousio.
- 9 Em que pese o projeto ser executado em estreita colaboração com iniciativas de outras ONGs da região e estar inserido em um programa de ação para o Vale do Ribeira, elaborado pelo PROTER e REBRAAF, e ter como um de seus principais resultados esperados técnicos e tomadores de decisão de Organizações Públicas sensibilizados para os problemas das comunidades rurais locais, bem como para as alternativas e soluções apresentadas, foi observado, durante a viagem de avaliação realizada por esta Coordenação, um certo distanciamento da presente proposta com as Instituições Governamentais Estaduais e Municipais. A fim de superar esta deficiência foi sugerido que o projeto fosse planejado e executado em forma de parceria direta entre Governos (Estadual e Municipais), ONGs e Comunidades Locais. Este modelo de gestão, que vem sendo aplicado com sucesso nos projetos do Programa Piloto, se constitui na maneira mais segura e eficiente de garantir sustentabilidade nas ações desenvolvidas pelo projeto e a incorporação de seus resultados e experiências em diretrizes e políticas públicas para a região.
10. A Coordenação Geral do Programa Piloto realizou contatos com as autoridades do Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de estabelecer uma base para a efetiva parceria entre os executores do projeto e as autoridades locais. Esta ação desencadeou um processo de aproximação bastante produtivo fazendo com que hoje haja um diálogo muito promissor que deverá resultar na definição de iniciativas conjuntas e sintonizadas com as políticas públicas governamentais para a região de influência do projeto.

70

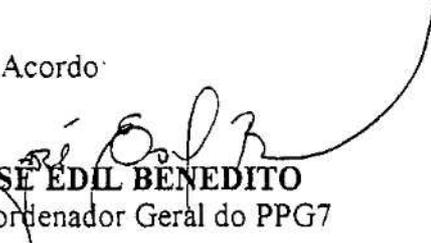
Conclusões e Recomendações:

11. Diante do acima exposto conclui-se que o projeto em questão é altamente relevante e de interesse para o Programa Piloto. Deve-se destacar que para que um projeto bilateral associado seja incorporado ao Programa é necessário que o mesmo seja aprovado pela Comissão de Coordenação. Uma vez que a próxima reunião da referida Comissão está agendada para o primeiro trimestre do ano que vem, sugere-se que o Sr Secretário da Amazônia Legal, na condição de Presidente da Comissão e de acordo com o estabelecido por seu regimento interno, aprove esta proposta ad referendum

Brasília, 11 de novembro de 1996.


VICTOR ALEXANDRE BITTENCOURT SUCUPIRA
Gerência Técnica e de Negociação de Projetos

De Acordo:


JOSÉ EDIL BENEDITO
Coordenador Geral do PPG7